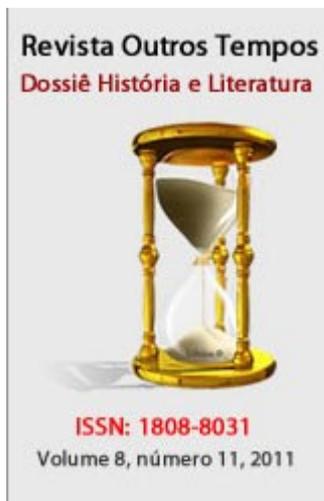


A APROPRIAÇÃO DA VIDA: Roger Chartier e uma leitura do mundo¹**THE OWNERSHIP OF LIFE: Roger Chartier and a reading of the world;**

JOÃO PAULO P. COSTA
Mestrando PPGH-UFPI / Bolsista REUNI
Florianópolis, PI - Brasil
qdedo@hotmail.com

Resumo: A partir das obras do historiador francês Roger Chartier, bem como das minhas experiências particulares com seus escritos, pretendemos neste artigo analisar as discussões e ideias desenvolvidas por esse autor em relação ao ato da leitura. Tendo como base os seus estudos acerca da história do livro e da própria leitura, foi-nos possível perceber não somente o caráter “indisciplinar” que envolve as ações dos leitores ao longo da história, como também uma forte ligação desse pesquisador com a produção intelectual de Michel de Certeau. Através desses diálogos, também pude, em minhas próprias pesquisas históricas sobre os índios coloniais no Ceará, “delinquir” minha leitura de Chartier e com isso relacionar o ato de ler estudado por esse autor com a maneira como os povos indígenas percebiam, de forma particular, o “novo mundo” que se configurava ao seu redor.

Palavras-Chave: Roger Chartier. Leitura. Indisciplina.

Abstract: From the works of French historian Roger Chartier, as well as my personal experiences with his writings, we intend this article to analyze the arguments and ideas developed by this author in relation to the act of reading. Based on their studies on the history of books and reading itself, we could see not only the character of "indiscipline" that involves the actions of the players throughout history, but also a strong connection of this researcher with intellectual's production of Michel de Certeau. Through these dialogues, I could also, in my own historical research on colonial Indians in Ceara, "delinquency" my reading of Chartier, and thus, to relate the act of reading studied by the author with the way indigenous peoples perceive, from in particular, the "new world" that was configured around them.

Keywords: Roger Chartier. Reading. Indiscipline.

¹ Artigo submetido à avaliação em 15/02/2011 e aprovado para publicação em 10/05/2011

Introdução

Sei que traçar no papel
é mais fácil que na vida.
Sei que o mundo jamais é
a página pura e passiva.
O mundo não é uma folha
de papel receptiva:
o mundo tem vida autônoma,
é de alma inquieta e explosiva.
(João Cabral de Melo Neto, *Auto do Frade*)

Certo dia, em uma aula do curso de pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, surgiu a seguinte pergunta: que ligação existe entre Roger Chartier e o trabalho de Michel de Certeau. Creio que a resposta esteve desde o começo ligada a minha jovem prática de historiador e à pesquisa que desenvolvo acerca dos índios no Ceará². No século XIX, a legislação indigenista que estava em vigor na capitania cearense se alinhava com políticas populacionais que, desde o século anterior, estabeleciam ações que visavam a vigiar, controlar e disciplinar a população. No caso do Ceará, essas ações tiveram uma maior intensidade na virada para os oitocentos, especialmente com o governo do militar português Manuel Ignácio de Sampaio, que via nos índios a parcela da população com maior necessidade de ser atingida por essas políticas civilizatórias.

Em meio a essa pressão disciplinar, de que maneira se colocaram os índios? De que formas os povos indígenas no Ceará se portaram diante dessas ações governamentais? Ou melhor: como esses nativos perceberam essas mudanças, “leram” esse “novo mundo” que se configurava e, conseqüentemente, apropriaram-se dessa nova realidade? O confronto desses questionamentos com a conjuntura histórica que se passava no início do século XIX me fez procurar “analisar as relações entre a construção de discursos e práticas controladoras, normativas e subjetivistas [...] e as ações de sobrevivência dentro desse sistema” (COSTA, 2010, p. 28). Em meio a esse contraste, entre um mundo disciplinar que nascia e as táticas indígenas frente a esse universo, levei-me a relacionar a documentação que eu encontrava com as propostas teóricas de Michel de Certeau. Mas daí, outra pergunta surge: o que tem a ver a questão indígena no Ceará com a obra desse historiador francês?

A contradição, justamente ela, deu sentido a minha empreitada. E ninguém melhor para “abençoar-me” nessas caminhadas intelectuais do que aquele que, provavelmente, é um

² Desenvolvo a pesquisa “Disciplina e invenção: o processo de civilização e o cotidiano indígena no Ceará (1812 – 1820)”, na pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, financiada pelo programa REUNI de assistência ao ensino.

dos maiores discípulos das ideias certeurianas: Roger Chartier. Segundo ele, é necessário que se estabeleça “um contraste entre disciplina e invenção, apresentando essas categorias não como antagônicas, mas como um par inter-relacionado”. Para o autor, qualquer tentativa de “criar mecanismos de controle e coerção sempre segrega táticas que o subjagam ou subvertem”, e por outro lado, “não existe produção ou prática cultural, que não se fundamente em materiais impostos [...], e que não esteja à supervisão e à censura por parte daqueles que detêm o poder” (CHARTIER, 1992, p. 236). A disciplina e a invenção, mais do que contraditórias, são categorias que convivem, ou melhor, se completam, dão sentido uma à outra.

Agora é possível perceber a qualidade da *leitura* que Roger Chartier fez de seu mestre, e isso fica claro em sua prática enquanto historiador do livro e da leitura. A obra *A invenção do cotidiano* tem esse tipo de argumento como mote: em meio a um mundo de imposições, censuras e vigilâncias, os homens “ordinários” conseguem *inventar* formas de se movimentar nos variados ambientes e, a partir de elementos que não domina, utiliza-os para realizar os seus interesses. Enfim, viver é *apropriar-se*. Todos os sentidos, do tato à visão, mesmo que disciplinados a se relacionar com determinados tipos de coisas, podem delinquir os objetivos originais a que foram “adestrados”. Para trabalhar com essas atitudes “indisciplinadas” do ser humano, Certeau se utiliza do termo *tática*, para definir ações que tomam forma em lugares que não dominam, com objetos, palavras ou coisas que não são seus:

Como na literatura se podem diferenciar ‘estilos’ ou maneiras de escrever, também se podem distinguir ‘maneiras de fazer’ – de caminhar, *ler*, produzir falar, etc. Esses estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível (por exemplo, o sistema da indústria), mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro... [...] Ele os superimpõe e, por essa combinação, cria para si um espaço de jogo para *maneiras de utilizar* a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos (CERTEAU, 2004, p. 92 e 93. Grifos nossos).

Com essas ideias, e relacionando-as com reflexões acerca das apropriações culturais, foi possível a Chartier, em suas obras sobre as práticas de leitura, concluir que “os textos ou as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturadores”. Para o autor, ao apropriar-se de algo, presente na leitura de qualquer conteúdo, criam-se “usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas” (CHARTIER, 1992, 233 e 234).

Deduzimos, com isso, que ler, independentemente de que texto seja, é usar seu conteúdo para si, e tais resultados são incontrolavelmente diferentes dos planos originais dos autores. Sendo assim, procurei me basear nessas reflexões enquanto pesquisador da história dos índios: a leitura é a ação de se utilizar de frases, palavras e ideias (crenças, leis, recursos jurídicos etc.). Com este artigo, pretendo analisar as discussões propostas pelo historiador Roger Chartier em torno do ato da leitura, bem como da clara influência das obras de Michel de Certeau em seus estudos e de como tais questões acarretaram um diálogo com minha pesquisa sobre os índios no Ceará oitocentista. Para mim, *ler* não se remete somente a escritos, mas também à interpretação do mundo ao seu redor, assim como fizeram os povos indígenas no Ceará no século XIX, da mesma forma como faço hoje, no século XXI, como um jovem historiador. Logo, ler é *apropriar-se*.

A leitura em Chartier segundo um leitor de Chartier

De acordo com o historiador em questão, o leitor, “conduzido ou encurralado, [...] encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores” (Idem, p. 215). Como já dissemos antes, o ato da leitura não configura uma ação cujo resultado final pode ser antecipadamente previsto, inclusive pelo autor do texto. Isso não significa dizer que aquele que lê está completamente livre em suas interpretações ou mesmo nas suas escolhas pelo que e como vai ler. Para Chartier, se colocarmos o leitor enquanto alguém que está “necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada”, estaremos, ao mesmo tempo, “negando a autonomia do ato de ler” (Idem, p. 213). Segundo o autor, “ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual. Seja lá o que for, ler é uma prática *criativa* que *inventa* significados e conteúdos singulares” (Idem, p. 214. Grifo nosso).

O ato da leitura é inventivo, no sentido de que, mesmo não sendo o leitor aquele que domina os elementos de determinado texto (já que, geralmente, não o escreveu, não o produziu e nem o distribuiu...), ele manipula de maneira individual os significados postos pelos produtores. Por isso, podemos dizer que a obra de Roger Chartier caminha entre Michel de Certeau e Michel Foucault, buscando considerar a “irredutível liberdade” de leitura entre as “coerções que têm por objetivo reprimir essa liberdade” (Idem). Michel Foucault, em sua *Ordem do discurso*, entendia a ideia de *apropriação* dos discursos enquanto um “procedimento que os controla e um mecanismo que restringe sua distribuição” (Idem, p. 235), já que, para ele, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os

sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Por mais que “o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 05).

Por outro lado, Chartier diz que o seu “ponto de vista é diferente, mas não contraditório, pois focaliza não as exclusões por confisco, mas as diferenças no âmbito do uso comum” (CHARTIER, 1992, p. 235). Notemos que, para ele, a coerção não exclui a resistência, e a tentativa de analisar qualquer mecanismo de controle não se contradiz com a busca pelos usos delinqüentes desses mesmos mecanismos. Ao falar do trabalho de Michel Foucault acerca das sociedades disciplinares, o autor coloca que suas existências e efetivações não significam que elas “efetivamente dividiram, policiaram e disciplinaram o mundo social. [...] Há portanto um ‘verso’ na história dos dispositivos disciplinares – um verso de resistências, de desvios, de ilegalismos” (CHARTIER, 2002, p. 143 e 144). Ou seja, a busca por uma sociedade inteiramente disciplinada jamais conseguiu um resultado pleno, sendo intrínseca à sua existência a presença resistente daqueles que querem burlá-la. De fato, as práticas disciplinares nascem da necessidade, por parte de determinados setores da sociedade, de controlar e usufruir utilmente dos demais. Em contrapartida, a delinqüência surge justamente como a reação relativa a essas ações que tentam suprimi-la.

Quando falamos daquilo que é objeto central da obra de Chartier, a história da leitura, também é possível detectar o jogo onde “procedimentos de assujeitamento e os comportamentos dos ‘assujeitados’” criam muito mais um confronto do que uma sujeição (Idem, p. 144). Algumas histórias já consagradas confirmam essa assertiva, mesmo que escritas por historiadores que compartilham perspectivas teóricas diferentes das dos franceses citados neste trabalho. O caso mais conhecido na historiografia talvez seja o do moleiro Menocchio, contado por Carlo Ginzburg, no qual este homem da região do Friuli, na atual Itália, desenvolveu a sua própria história da criação do mundo a partir de leituras de textos de sua época, no século XVI (GUINZBURG, 2006). No caso da história indígena no Brasil, temos o exemplo da Santidade do Jaguaripe, na Bahia, também no século XVI. Em *A heresia dos índios*, Ronaldo Vainfas analisa um dos mais bem documentados exemplos de rebeldia no Brasil colonial, em que um tupinambá de nome Antônio, criado nos aldeamentos jesuíticos, fundou um culto próprio e se dizia papa, baseado nas leituras sagradas do catolicismo. Para o autor, “Antônio passou a se intitular papa, e a promover o amálgama cultural que caracterizou a santidade, filtrando e refazendo, à moda tupi, o que aprendera com os jesuítas” (VAINFAS, 1995, p. 117).

O exemplo de Jaguaripe é lapidar para a compreensão do que se deu ao longo de toda a história da colonização do Brasil: mesmo dominados pela coroa portuguesa e forçados a assumir costumes e crenças ocidentais, os povos indígenas utilizaram-se ao seu modo das regras sociais do colonizador. *Leram*, de maneira particular, o mundo ao seu redor que se formava e onde eram obrigados a viver, seja de maneira rebelde, como fez Antônio, seja de formas menos abertas. *Usando* as palavras de Durval Muniz, podemos dizer que o ser humano, ao mesmo tempo em que é rio, também sorri. É rio quando “fundado por uma sociedade, por uma cultura, por formações discursivas, por práticas de poder e linguagem”, mas sorri porque, apesar de tudo, é ativo nas *invenções* que faz na sua sociedade e na sua cultura. O homem e o leitor são, ao mesmo tempo, “disciplina e antidisciplina, determinação e liberdade, estratégia e tática, astúcia e angústia” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 35 e 36).

Parece que a inventividade de quem lê e assim inventa maneiras de utilizar os suportes que são impostos não tem limites. No fim das contas, somos o resultado desse contraste (ou convívio), proposto por Chartier, entre linguagens impostas e modos particulares de deglutir e digerir seus discursos e conteúdos. Seja na Europa quinhentista, seja no período colonial do Brasil, seja no contexto atual do universo multimídia, é possível detectar em todos esses ambientes as invenções cotidianas daqueles que leem e interpretam o mundo em sua volta.

No caso do mundo da arte, por exemplo, e com o advento da nova artemídia, muitos conceitos, pensamentos e modos de agir passaram por uma grande mudança. Do artista ao curador, do público aos aparelhos de apresentação, todos são afetados e convidados a transformar os seus lugares e atitudes. O próprio conceito do que é “arte”, e como ela é produzida, exposta, contemplada e consumida é diferente no mundo contemporâneo. Nesse mundo dominado por computadores, cibernética, redes e interatividade, a palavra de ordem na qual as obras nesse novo universo se localizam passa a ser “telemática”, termo que designa “redes de comunicações mediadas por computador que envolve conexões por telefone, cabo e satélite entre indivíduos e instituições dispersos geograficamente”, interfaceados por “sistemas de processamento de dados, dispositivos de sensoriamento remoto e espaçosos bancos de armazenamento de dados” (ASCOTT, 2009, p. 306). Além disso, percebe-se quão marcada está a arte das características da “interatividade, da ‘autoria dispersa’, [...] da contingência e da incerteza” (Idem, p. 310).

Nessa onda de imaterialidade e do sublime, de uma nova dimensão do universo da arte, de novos meios computacionais, novas tecnologias de comunicação, nova “poética do fluxo ininterrupto” e de uma “nova linguagem da poética contemporânea” (ZANINI, 2009, p.

319 e 321), a arte, mais que contemplada, é experimentada e sentida. Nesse mundo de eliminação de distâncias geográficas, onde não há mais a noção de *autor* como agente único da criação, a noção de *público* também não se reduz mais à do mero observador (Idem, p. 322): através da arte, também percebemos de forma mais clara a passagem de uma produção contemplativa para aquela mais voltada à interação.

Tais mudanças não se restringem somente à artemídia, abrangendo também toda forma de produção criativa. Tanto é assim que as transformações que marcaram a história do que conhecemos como “livro” – o suporte textual por excelência – dão conta também das mudanças em torno dos leitores e de suas práticas. Com novos tipos de suportes, as distâncias que havia entre o texto e o leitor diminuem com as novas possibilidades de intervenção. Do livro de rolo – como o códex – até obras inteiras digitalizadas – seja em CD-ROM como disponível na internet –, as formas de manipulação dos elementos do texto se multiplicaram bastante.

O novo suporte do texto permite usos, manuseios e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas antigas do livro. [...] O leitor não é mais constrangido a intervir na margem, no sentido literal ou sentido figurado. Ele pode intervir no coração, no centro. Que resta então da definição do sagrado, que supunha uma atitude feita de reverência, de obediência ou de meditação, quando o suporte material confunde a distinção entre o autor e o leitor, entre a autoridade e a *apropriação*? (CHARTIER, 1998, p. 88 e 91. Grifo nosso).

Podemos pensar com o que disse o autor: que, na atualidade, a definição do que é ser leitor vem mudando. Na realidade, o mundo assume cada vez mais aquilo que o leitor sempre foi: indisciplinado, alguém que não se adentra completamente, de cuja manipulação que faz das coisas que lê não tem total controle. O próprio texto escrito, e seus respectivos suportes, são exemplos desse novo contexto: lemos poesias em postes durante um engarrafamento, vemos um anúncio comercial de alguma loja ou empresa desenhado em uma rocha ao subirmos uma serra, e o império do livro de papel cede lugar aos livros digitais. Da mesma forma, as maneiras “corretas” de ler – sentado em uma cadeira própria, com a postura adequada, em um ambiente silencioso, por exemplo – perdem sentido diante dos novos materiais e fontes de informação.

Afirma-se freqüentemente que não dá pra imaginar muito bem como se pode ler na cama com um computador, como a leitura de certos textos que envolvem a afetividade do leitor pode ser possível através dessa mediação fria. Mas sabemos o que virão a ser os suportes materiais de comunicação dos textos eletrônicos (Idem, p. 142)?

Nesse mundo onde as coisas e novidades não somente se somam, mas se multiplicam, o leitor é um claro representante desses acontecimentos e de como o ser humano é o grande potencializador das incontáveis *maneiras de fazer e maneiras de utilizar* as ordens impostas. Isso está presente não só no ato em si da leitura, mas muito mais na questão simbólica dessa ação: a criação de novos sentidos.

Para Chartier, a “leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”, e foi por conta dessa compreensão, afirmada pelo autor, que pude, a partir de suas *leituras*, conceber que “ler” pode também representar as relações e interpretações que os índios coloniais no Ceará tinham da política e legislação que tentavam controlá-los. “Seguindo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias” (Idem, p. 77), assim como os povos indígenas no Brasil colonial, habitando terras e lugares sobre os quais não tinham mais total controle.

Ao falar do ato de ler, Chartier coloca o tempo todo esse impasse entre a produção do texto e a leitura desviante. Chegando aos olhos (ou mãos) do leitor,

...o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor (Idem).

Assim como acontece (e aconteceu) com leitores de livros e escritos – como Menocchio e Antônio –, os sentidos e significados produzidos pelos leitores não estão sob o controle de quem produz ou distribui uma obra. Da mesma forma, os índios que viviam no Ceará colonial e que passaram a viver sob novos costumes – como o trabalho remunerado de aluguel, por exemplo – utilizavam essas mesmas práticas socio culturais de maneiras que escapavam aos planos de quem detinha o poder. Isso poderia acontecer de diversas formas: seja quando um indígena roubava algum dinheiro (algo que não fazia parte da tradição de seu povo) ou quando trabalhava e ganhava remuneração por vias não autorizadas pelo controle estatal.

Contudo não podemos ser utópicos ou demagogos: essa “liberdade” daquele que lê (ou interpreta o seu mundo) é, na verdade, cerceada por certas normas e regras de que não pode escapar totalmente. Para Chartier, essa “liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura” (Idem). Compreendemos, assim, que todas essas táticas rebeldes, como as da leitura, ganham sentido e giram em torno das imposições de que tentam escapar. Ao mesmo tempo em que o sucesso da delinquência não é completo – assim como o

das coerções –, elas reagem justamente àquilo que a faz e a coloca enquanto delinquente. Sendo simples e direto: o leitor precisa do livro para ler. Apesar de parecer por demais óbvio, essa afirmação dá conta da dependência que acaba se criando entre aquele que tem o poder da estratégia e o outro que lança mão da tática (usando termos trabalhados por Certeau). Essa relação dependente, por outro lado, nasce de uma dominação: precisamos do livro para ler, e geralmente o leitor não é aquele que escreve, produz e distribui a obra que será lida. Por outro lado, e ao mesmo tempo, a leitura, mesmo que dependente, jamais é assujeitada aos significados atribuídos. Em síntese, eis a grande questão do “rugir da batalha”: leitura é a *apropriação* dos sentidos impostos; eis, enfim, a face do “confronto”.

Índios no Ceará do século XIX: novas leituras no “novo mundo”

A chegada do europeu às terras onde hoje são as Américas fez nascer não somente um “novo mundo”, mas juntamente práticas, lugares sociais e sujeitos novos. A partir do contato, brancos, negros e índios reconfiguraram os significados daqueles espaços, assim como as posições que passariam a ocupar naquela sociedade nascente. Mas, diferente do que a historiografia tradicional enfaticamente afirmava, ao celebrar o protagonismo hegemônico do homem ocidental, novas pesquisas mostram a relevância da presença indígena na construção do Brasil e no funcionamento da colônia. Através da leitura das fontes, bem como com a descoberta de novos acervos documentais, percebemos que a atuação dos índios no cotidiano colonial não se deu apenas de maneira figurativa ou coadjuvante. Por outro lado, observamos, ao mesmo tempo, que nem só de massacre viveu a política indigenista de Portugal, e que a dominação dependia do índio muito mais do que se pensava. Se a coroa necessitava de súditos, a Igreja, de fiéis, e os colonos, de mão de obra, é possível compreender que a presença e participação nativa naquele universo era, na verdade, fundamental. E diante disso, os indígenas sabiam muito bem perceber essa dependência, *ler* as novas situações e, a partir daí, manipular os elementos desse “novo mundo” e criar para si espaços de sobrevivência.

Mas não é possível, a partir do que foi exposto, imaginar que a relação entre brancos e índios se deu de forma igualitária, ou que a dominação não tenha sido tão devastadora para aquelas sociedades tradicionais. Muito pelo contrário, o massacre de fato aconteceu, não sendo intenção dessa nova historiografia esconder a destruição e as mortes de uma infinidade de pessoas, grupos e culturas. Não é possível “desconsiderar a violência e a opressão da conquista”, mesmo percebendo que “as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziam, absolutamente, à resistência armada e à submissão passiva” (ALMEIDA, 2003,

p. 11). O que observamos é que todas essas formas de relação – da total negação à inserção voluntária –, mesmo sendo contraditórias, *conviviam* e formavam esse mundo em construção. Além disso, as “perdas culturais e étnicas”, embora inevitáveis, não impediram que os índios aldeados – que nesse momento não são mais os mesmos grupos que viviam nestas terras antes da colonização – pudessem “aprender ali novas práticas culturais e políticas” que lhes permitissem “colaborar e negociar com a sociedade colonial” (Idem, p. 12). Dessa forma, o cotidiano na colônia, sobretudo até a primeira metade do século XVIII, foi composto pelo elemento nativo e pertenceu também a ele, apesar dos espaços e das identidades geridas nesse ambiente não serem mais os mesmos.

No Ceará, colonizado apenas no desenrolar dos setecentos, essa situação parecia ser ainda mais evidente. Além de ser uma capitania considerada à época um lugar “acolhedor e concentrador de povos aflitos e fugitivos, fustigados, expulsos de seus antigos territórios [como foi o caso de muitos grupos indígenas vindos das capitanias anexas a Pernambuco]”, era marcada pelo fraco alcance do poder administrativo e político da coroa. Apesar de ser “domínio da majestade de Portugal [...] era também, e, sobretudo, uma Seara Indígena” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 68): ou seja, o território cearense – até, pelo menos, a segunda metade dos oitocentos – talvez fosse muito mais dos índios do que do próprio rei português. Os próprios aldeamentos jesuíticos, ainda que tivessem um evidente caráter integracionista e controlador e se configurassem enquanto “um espaço de dominação e exploração dos colonizadores”, eram muito mais “espaços de índios, pois assim foram por eles considerados, como sugerem as lutas que empreenderam por sua manutenção, até o final do século XVIII” (ALMEIDA, 2003, p. 116).

Mas a instalação do Diretório Pombalino, acompanhando a execução de diversas práticas modernizadoras idealizadas pelo Marquês de Pombal no fim dos setecentos, provocou uma mudança significativa nesse quadro social. Com a intenção explícita de inserir o elemento indígena no mundo civilizado, esse conjunto de leis possibilitou o desenvolvimento de medidas que impulsionavam o controle sobre aquela população, bem como um consequente maior usufruto de sua força de trabalho. Com a transformação das antigas aldeias jesuíticas em vilas, esses espaços passaram a “se constituir [...] num importante instrumento de formação da mão-de-obra indígena para o sistema mercantil” (LEITE NETO, 1997, p. 115), além de agir de forma mais rigorosa na aglutinação desses povos espalhados pelo sertão. Desde o final do século XVIII, e também no início do XIX, diversas políticas normativas foram aplicadas com esses objetivos de combater a dispersão populacional e promover a civilização entre os habitantes, através de um controle mais

organizado e com maior aproveitamento de pessoas para o trabalho. Dessa forma, de maneira gradual, a capitania do Ceará, antiga seara indígena, passava a ser cada vez menos dos índios que lá habitavam.

Mas o enrijecimento dessas práticas normativas nos oitocentos, apesar de seus efeitos, não foi suficiente para retirar essa capitania do antigo estigma de ser um confim precário e atrasado. Também por isso, a chegada de Manuel Ignácio de Sampaio (militar ilustrado português) ao Ceará pode ser interpretada como um marco em termos de aperfeiçoamento das políticas populacionais – como o incentivo ao trabalho, o crescimento dos recrutamentos e a chamada “política de passaportes”, que limitava a circulação de indivíduos pela capitania – que tiveram atuações significativas sobre os índios. Com sua efetivação, não somente os espaços da região, como também os cotidianos dos grupos nativos, passaram a ser cada vez mais monitorados e geridos, no sentido de trazer a civilização para a população e desenvolver economicamente a capitania, num projeto em que esses dois planos de ação estariam caminhando juntos.

Logo, para os índios no Ceará que viveram durante o período do governador Sampaio (de 1812 a 1820), parecia não haver escolha. Com a renovação da política de passaportes, o forte incentivo ao trabalho e o acelerado desenvolvimento do recrutamento indígena em companhias de ordenanças, os espaços dos nativos para sobreviverem nesse mundo se encontravam ainda mais reduzidos. As vilas tiveram relativo crescimento, tornando-se verdadeiros celeiros de trabalhadores, e o controle sobre a vida dos indivíduos pretendia ser total, através da vigilância dos seus passos e do serviço de sua força de trabalho. O Ceará, que durante quase todo o período colonial (inclusive após a instalação do Diretório) configurou-se como um lugar de índios – uma seara indígena –, passaria a se constituir para eles como um não-lugar.

Mas pensar no conceito de não-lugar, trabalhado por Certeau³, para analisar a relação dos índios desse período com o Ceará em que viviam, mesmo admitindo a perda de certa “autonomia” que antigamente teriam, não anula por completo a possibilidade dessas pessoas de terem lido de maneira particular as novas situações e agido nesse espaço de forma atuante e em busca de seus interesses. Entender o cotidiano desses homens a partir desse referencial é permitir visualizar uma multiplicidade de ações que, de maneira heterogênea, realizavam-se com feições bem diferentes do que acontecia, por exemplo, no contexto das aldeias jesuíticas:

³ Ao trabalhar com os conceitos de tática e estratégia, Certeau explica que esta última “é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho”. Cf. CERTEAU, 2008, p. 46 e 47.

...submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua *maneira de usá-las* para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente; seu *modo de usar* a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinha meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-los (CERTEAU, 2008, p. 39. Grifos nossos).

A análise documental, mesmo que de forma indireta, permite-nos em nossa pesquisa perceber as diversas possibilidades de ações perpetradas por índios que, partindo de situações e condições bem diferentes, buscaram sobreviver nesse mundo novo que se constituía no “novo mundo”. Da “aceitação” à fuga, todas essas ações registradas nos documentos oficiais mostram a inventividade dos povos indígenas que, não sendo passivos a essa realidade, criavam uma grande multiplicidade de táticas para sobreviverem nesse universo. As fontes governamentais, nascidas nos planos normativos e designadas para agirem como tal, podem ser lidas também como efeitos das *leituras* dos índios diante dessas políticas disciplinares. É nelas que percebemos que, mesmo no ambiente mais próprio do mundo disciplinar, encontramos sempre as mais diversas formas de invenção de cotidianos, ainda que vivendo num não-lugar.

Conclusão

Tentei explicar aquilo que desde o começo, para alguns, parecia sem sentido ou mesmo impossível. Ao falar de uma ínfima parte da obra de Roger Chartier, procurei expor aquilo que deu significado ao meu trabalho enquanto historiador e, ao mesmo tempo, estava presente na realidade passada que estudo. Falar de leitura em Chartier é também estabelecer a ligação desse estudioso com Michel de Certeau: as ações rebeldes dos que se apropriam das vidas que lhes são impostas fazem parte das *invenções* desses dois intelectuais, e a “arte” de atentar para essas táticas dos homens “comuns” talvez seja a maior lição que o mestre transmitiu ao seu discípulo. Através desses ensinamentos, Chartier percebeu que a história da leitura é completamente marcada por essas atitudes delinquentes, perpetradas por leitores que desviam os sentidos originalmente pretendidos, mesmo que “percorrendo terras alheias”. E eis o grande espetáculo: é no mundo da leitura que Chartier pôde ver as faces do confronto.

Ao pensar na incontrolável tendência dos leitores de manipular os sentidos que interpretam, a ajuda que as obras de Chartier poderiam dar à minha empreitada de estudar a história dos índios no Ceará passou a não ser mais “impossível”. As leituras que fiz

“autorizaram-me” a adaptar o significado da própria palavra “ler”, e assim me permitiram conseguir estabelecer um diálogo entre as ideias desse historiador e a realidade que eu analiso, partindo, obviamente, das minhas interpretações particulares. Enfim, pude fazer algo que, inicialmente, parecia bastante forçado: relacionar história da leitura com a indígena. Para isso, aprendi com os mestres a manipular a meu favor as suas ideias. Lendo histórias sobre leituras delinquentes, apropriei-me de seus conteúdos para analisar outras histórias de delinquências. Seguindo esse caminho, acredito que pude *lê-los* “corretamente”.

Referências

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2002.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português**. Tese de doutorado, UNICAMP, 2003.

ASCOTT, Roy. Existe amor no abraço telemático? In: DOMINGUES, Diana (Org.). **Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: I – Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COSTA, João Paulo Peixoto. Disciplina e invenção: um projeto de história indígena no Ceará (1812 – 1820). In: **Revista Historiar**. Sobral: Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA, v. 2, nº 2, 2010. URL: <http://www.uvanet.br/revistahistoriar/>.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEITE NETO, João. **A participação do trabalho indígena no contexto da produção algodoeira da capitania do Ceará (1780 – 1822)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZANINI, Walter. A arte da comunicação telemática: a interatividade no ciberespaço. In: _____. **Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.